

As dívidas estaduais

O Presidente da República recebeu ontem, no Palácio do Planalto, seis dos governadores eleitos no final do ano passado. Em comum, quase todos, além do fato de que estão prestes a tomar posse, naturalmente, tinham a apresentar um relatório das dificuldades financeiras dos respectivos estados. Já não se trata de reivindicar um relacionamento preferencial, em função da troca de apoio parlamentar aos projetos do Governo Federal. Como moeda política, aliás, o apoio dos governadores está tremendamente desvalorizado pelo simples fato de que todos estão dispostos a pagar o mesmo preço pelo mesmo produto que, no caso, é o socorro da União aos falidos tesouros estaduais.

A situação não é nova, embora tenha se agravado terrivelmente durante o último ano, quando governadores em fim de mandato deixaram de lado qualquer prudência administrativa e ignoraram olímpicamente a realidade de uma recessão, gastando muito além das disponibilidades com o intuito de assegurar a vitória nas eleições. O resultado aí está. Não há exagero em se afirmar que alguns Estados são tecnicamente ingovernáveis, pois, ainda que toda receita estimada deste ano fosse destinada ao pagamento de dívidas vencidas em 90, o passivo não seria zerado.

Do ponto de vista das finanças públicas, o território brasileiro é, hoje, um campo minado prestes a anular os melhores planos que os eleitos porventura tenham. A virtual falência de quatro dos maiores bancos estaduais, há algumas

semanas, foi apenas uma advertência do que pode ocorrer, e efetivamente ocorrerá, se os governadores e a Presidência da República, com o respaldo do Congresso Nacional, não chegarem a um acordo que viabilize uma reestruturação global da dívida pública de estados e municípios. Não é difícil perceber que se trata de um desafio extremamente difícil e que elimina recursos como os empregados no primeiro plano econômico do atual governo, uma vez que a economia nacional não suportaria um novo congelamento dos depósitos e poupanças. Da mesma forma, pouco adianta que um ou outro estado esteja com suas finanças equilibradas. Mais uma vez, como no caso recente dos "bancos estaduais, um eventual colapso dos que se encontram em dificuldades fatalmente envolveria os demais.

A questão se torna ainda mais delicada porque, embora se deva responsabilizar aqueles que contribuíram para o descalabro das finanças estaduais, isto pouco contribuirá para a sua superação. O que não se pode ignorar, entretanto, é que a crise da dívida dos estados e municípios, do ponto de vista social e econômico, é mais grave que a da dívida externa e exige, por isso, a maior atenção do Estado e da sociedade civil. A insolvência dos governos estaduais e das prefeituras repercute negativamente sobre as economias regionais, descapitalizando empresas, subtraindo recursos que seriam investidos em outras atividades, gerando desemprego e, a médio prazo, comprometendo a própria capacidade de desenvolvimento local.